

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 753 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1998

Senadores debatem ajuste fiscal com Malan durante quatro horas

Em audiência pública presidida por ACM, ministro faz exposição sobre o plano de estabilização, ouve perguntas de parlamentares preocupados com efeitos das medidas sobre programas sociais e recebe sugestão de examinar alternativas



Malan, ao lado de Antonio Carlos Magalhães, fez uma exposição sobre o Programa de Estabilização Fiscal

Os senadores debateram a proposta do ajuste fiscal com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante quatro horas, ontem, no plenário.

O impacto das medidas na área social e o apelo ao exame de alternativas de combate ao déficit público marcaram as perguntas dos parlamentares.

Acompanhado do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, Malan compareceu ao Senado a convite de três comissões, por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

PÁGINAS 3 A 8

Senado já apreciou 338 matérias em 98

Os senadores votaram nesta semana 16 matérias. Desde o início do ano, foram apreciadas 338 propostas. Na próxima quarta, o plenário vota a emenda que limita os gastos com as câmaras de vereadores.

PÁGINA 2

O plenário ouve, atentamente, o ministro da Fazenda, que prometeu superávits primários no setor público

Plenário define novas regras de defesa sanitária

Vai à sanção presidencial projeto que incorpora à lei brasileira as exigências de qualidade de alimentos feitas nos países mais desenvolvidos do mundo.

PÁGINA 8



Antonio Carlos faz balanço positivo da reunião

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a presença de Pedro Malan e de Gustavo Franco no debate com as comissões do Senado contribuiu para esclarecer as medidas. Ele fez o comentário ao

encerrar, às 14h, a audiência pública.

Em sua exposição, iniciada às 10h, Malan informou que as medidas gerarão superávits primários nas contas públicas.

PÁGINAS 5 E 8

Requião vê risco para a economia

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou ontem a crise como mais grave do que se anuncia e alertou para o risco de o governo perder o controle da economia.

PÁGINA 7

Parlamentares pagarão mais à Previdência

PÁGINA 6

Piva: urgência para reforma tributária

PÁGINA 5

Senado vota 16 matérias na semana

Plenário já apreciou 338 matérias desde o início do ano. O movimento foi grande em toda a Casa nos últimos dias, com destaque para as comissões permanentes

O plenário do Senado já apreciou 338 matérias desde o início do ano, das quais 16 foram votadas nesta semana. O movimento foi grande em toda a Casa nos últimos dias, com destaque para a reunião conjunta de três comissões, realizada ontem, para debater as medidas do ajuste fiscal com o ministro da Fazenda, Pedro Malan (ver páginas 3 a 8).

O plenário decidiu marcar, para a próxima quarta-feira, a votação da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais.

Foram aprovados nesta semana projeto autorizando a substituição de nome por apelido público e notório, a regulamentação da convocação e realização de plebiscitos e referendos, a programação monetária do governo para o quarto trimestre do ano, a renovação de concessões de diversos rádios e novos dispositivos referentes à defesa agropecuária.

Os senadores também aprovaram as indicações de autoridades, entre

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 29 de outubro de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	50
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	150
Projetos aprovados e enviados à Câmara	31
Escolha de chefes de missões diplomáticas.....	23
Escolha de autoridades	18
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	3
Total de matérias aprovadas	277
Propostas enviadas ao Arquivo	61
Total de matérias apreciadas	338

elas o defensor público-geral da União, Reinaldo Silva Coelho.

Nas comissões técnicas, o mo-

vimento também foi grande na semana. A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) deu parecer favorável a propostas de prazo de 60 dias para a restituição do Imposto de Renda, divulgação pelas escolas dos índices de evasão e repetência, proteção ao mercado de trabalho da mulher e penas mais severas para trabalho escravo.

Suassuna afirma que seca piora e causa aumento do desemprego

O presidente da comissão temporária que analisa as conseqüências da seca no Nordeste e na região do Polígono das Secas de Minas Gerais, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou ontem que o órgão vai promover um seminário em Fortaleza para discutir o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. O evento deve contar com a participação de prefeitos, secretários estaduais e técnicos da Sudene, Dnocs, Ministério do Meio Ambiente, Ipea e de institutos de meteorologia.

Outra decisão anunciada pelo presidente da comissão foi a visita a estados onde a seca está causando



"Temos que chamar a atenção da nação para uma seca nunca vista na história", enfatizou Suassuna

mais problemas. "Temos que chamar a atenção da nação para a problemática da seca. Milhões de pessoas estão passando necessidade e sofrendo diante de uma seca nunca

vista na história. E o pior é a possibilidade de as frentes de emergência patrocinadas pelo governo acabarem em dezembro, enquanto as previsões indicam que as chuvas só começarão em fevereiro", protestou Suassuna.

Em visita feita ao estado da Paraíba na companhia de outros integrantes da comissão, Suassuna constatou que a crise causada pela seca continua e é pior do que as previsões iniciais. Ele afirmou que a ação do governo não é constante e não acompanha o crescimento do número de desempregados entre os trabalhadores rurais.

Jonas pede apoio para agricultura

A redução da oferta de financiamento agrícola foi criticada ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele ressaltou que os recursos captados no exterior e os livremente aplicados pelos bancos tiveram expressiva redução em relação à previsão anunciada pelo presidente da República, em junho deste ano, de R\$ 10,3 bilhões para o custeio da safra no período de julho de 1998 a julho de 1999.

Jonas disse que a redução nos recursos, no entanto, rompeu um com-

promisso do governo e será profundamente prejudicial ao setor. Ele sugeriu que os bancos possam compensar, no semestre seguinte, a exigibilidade bancária para os recursos aplicados em crédito rural. Outra sugestão seria aumentar essa exigibilidade de 25% para 30%.

— Ambas as medidas têm a vantagem de não exigirem recursos adicionais do Tesouro para subsidiar a diferença entre os juros cobrados aos produtores e os custos de captação do di-

nheiro — afirmou.

O senador solicitou aos colegas, e em especial ao presidente do Senado, empenho para que o Conselho Monetário Nacional (CMN), no próximo dia 5, aprove as medidas que garantam os recursos para financiamento.

Jonas lembrou também a crise que envolve o setor sucroalcooleiro. Segundo ele, um dos principais problemas é o destino que se dará aos estoques de álcool carburante, que já está em torno de 1,8 bilhão de litros.

Servidor não tem o que festejar, diz Paulo Guerra

Pouco ou quase nada resta ao funcionário público para comemorar no seu dia, afirmou ontem o senador Paulo Guerra (PMDB-AP).

Ele disse que, sem reajuste linear há três anos, com o risco de demissões e perspectivas sombrias quanto à extinção da aposentadoria proporcional, "o ânimo de comemoração é nenhum".

Ele acrescentou que o aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos para 20%, incluindo também os aposentados, "avilta mais ainda a massa salarial".

Júlio Campos lamenta morte do padre Pedro Cometti

O senador Júlio Campos (PFL-MT) lamentou ontem o falecimento do padre Pedro Cometti, ocorrido na última terça-feira em Cuiabá.

Falando em nome também de seus companheiros de bancada — os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) —, Júlio Campos lembrou que o padre chegou em Mato Grosso em 1964, trabalhando principalmente no aconselhamento de casais, pregando o diálogo, o respeito mútuo e o combate às drogas.



Guerra: crítica à nova alíquota de 20%



Campos lembrou atuação do padre em prol dos casais

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO
10h - Sessão não deliberativa
PREVISÃO DA SEMANA
PLENÁRIO
Terça-feira (03.11.98)
14h30 - Agenda em aberto
Quarta-feira (04.11.98)
14h30 - Agenda em aberto
Quinta-feira (05.11.98)
14h30 - Agenda em aberto
Sexta-feira (06.11.98)
9h - Sessão não deliberativa
COMISSÃO
Quarta-feira (04.11.98)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199 Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; *PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle como órgão vinculado à Presidência da República; *PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Siafi; e *PLS nº 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
 Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
 Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Malan defende solução definitiva para déficit



O ministro da Fazenda, Pedro Malan, esteve ontem no plenário do Senado, a convite das comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores, para debater com os senadores o Programa de Estabilização Fiscal, anunciado na quarta-feira pelo governo. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, acompanhou o ministro e também respondeu a algumas perguntas dos senadores. Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, a audiência foi iniciada com uma exposição do ministro, em que ele justificou cortes nas despesas públicas e aumentos na arrecadação tributária e previdenciária. O objetivo do governo, salientou, é solucionar definitivamente problemas

estruturais das contas públicas. A ênfase das autoridades econômicas na necessidade de aumentar receitas via impostos e cortes de despesas foi motivo de preocupação manifestada por vários parlamentares, por seus efeitos recessivos e pelo impacto nas áreas de saúde, educação e assistência social. Outros sugeriram o exame de alternativas de combate ao déficit público e questionaram a própria política econômica, pelas altas taxas de juros e por ter tornado o país dependente de capitais externos especulativos. Para outros, ainda, a urgência maior estaria na reforma tributária e no combate à sonegação. Foi solicitada ao ministro uma análise dos efeitos atingidos com as 51 medidas de ajuste fiscal tomadas pelo governo em setembro de 1997.

Amin critica dependência de capitais voláteis

“Quem depende de credores praticantes da usura acaba pagando caro demais”, afirmou o senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao perguntar ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre quando o Brasil deixará de depender de capitais “de motel”, apontados por ele como aqueles que entram no país para ficar apenas uma noite e usufruir altas taxas de juros.

Malan respondeu que 75% do déficit público brasileiro estão sendo financiados por capitais de investimento direto na economia. “Desde outubro do ano passado, o Brasil recebeu 24 bilhões em capitais que vieram para ficar na economia, nas empresas do país. Estamos bem menos dependentes do capital volátil e até cobrando um imposto, o IOF, para limitar a vinda desse tipo de capital.”

O senador lamentou que a balança comercial do Brasil tivesse ficado negativa, a partir de 1994, pois as exportações representam uma maneira mais saudável de financiar o déficit público. “Na verdade, o melhor é não ter déficit nas contas como pregava o senador Wilson Kleinübing, recentemente falecido, o defensor intransigente da frase: ‘Não gastar o que não se tem’.” O ministro Malan associou-se à homenagem.



Amin lembrou o ex-senador Wilson Kleinübing, ao afirmar que bom é não ter déficit

Medidas vão proteger o país, afirma o ministro

As medidas contidas no Programa de Estabilização Fiscal anunciado pelo governo federal permitirão a geração de superávits primários no setor público (diferença entre receitas e despesas, excluídos os gastos com juros), de modo a reduzir o montante da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Com isso, o país ficará ao abrigo de pressões especulativas sobre a sua moeda, explicou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na audiência pública realizada no plenário do Senado sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães.

O programa prevê restrições orçamentárias no âmbito dos três Poderes, regulamentação da reforma administrativa, parâmetros e disciplinamento dos gastos públicos (por meio da lei de responsabilidade fiscal). Além disso, a equipe econômica destaca a importância da conclusão da votação da reforma da Previdência pelo Congresso, da aprova-



Malan questionou se o peso do ajuste deve recair sobre a população ou sobre 3 milhões de funcionários

ção da reforma tributária – cuja nova versão o governo pretende encaminhar ainda este ano ao Congresso – e de modificações no sistema de elaboração e execução orçamentária, detalhou o ministro.

Para garantir a geração de superávits de 1,8% do PIB em 1999, 2,08% no ano 2000 e 2,26% em 2001, o Programa de Estabilização Fiscal será iniciado com a redução do déficit atual, de R\$ 11,6 bilhões, e a geração de um superávit de R\$ 16,3 bilhões, o que representa uma necessidade de

financiamento da ordem de R\$ 28 bilhões em 1999, enfatizou o ministro. Desse total, o governo propõe que R\$ 13,2 bilhões sejam conseguidos por meio de aumento de impostos, e o restante, com medidas estruturais, redução de gastos correntes e previdenciários.

Em sua exposição, o ministro afirmou que as medidas “não deveriam vir como surpresa”, dado que elas representam uma continuidade do processo iniciado pelo governo em agosto deste ano, após o impacto da

moratória russa sobre o sistema financeiro internacional, “que obrigou todos os países, sem exceções, a dar respostas domésticas de política econômica”.

A resposta do governo Fernando Henrique Cardoso, segundo o ministro, foi iniciada com um decreto na área fiscal e com a medida provisória que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, seguidos agora por medidas de alcance estrutural e institucional que aprofundarão as reformas iniciadas no primeiro mandato presidencial.

Malan salientou que as atuais necessidades de financiamento do setor público foram agravadas pela própria estabilização da moeda e pela crescente participação de estados e municípios no montante de recursos arrecadados pela União. Antes de 1994, acrescentou, a inflação permitia a geração de superávits no setor público mediante controle “na boca do caixa”, além de representar – com a incidência do chamado “imposto inflacionário” – uma tributação de fato sobre os rendimentos de todos os assalariados.

Malan considerou que, depois do Real, “a geração de superávits primários tornou-se mais difícil”, relevando o conteúdo das despesas do setor público, onde avultam os desequilíbrios dos gastos com o sistema previdenciário, sujeitos a um crescimento exponencial do déficit resultante da diferença entre benefícios pagos a inativos e contribuições recolhidas dos ativos, particularmente no setor público.

Diante desse quadro de “contas em aberto”, cabe decidir, nas palavras do ministro, “se a conta será mandada para 163 milhões de habitantes” ou para cerca de 3 milhões de servidores públicos. Os problemas com o sistema previdenciário, ainda conforme o ministro, não são exclusivos do Brasil: “Esse é um problema internacional”, enfatizou.

Suplicy condena “sobrevalorização” do real

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – autor do requerimento que resultou no convite ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre o ajuste fiscal – lamentou que o governo não tenha anunciado nenhuma medida “que corrija o problema fundamental que levou ao aumento das taxas de juros”. Essa elevação ocorreu, segundo o senador, por ter o governo permitido a sobrevalorização significativa da moeda.

Esta sobrevalorização ocorreu concomitantemente, lembrou Suplicy, com a abertura da economia brasileira, que teve como consequência o crescimento maior das importações do que das exportações e das despesas do que das receitas com serviços. Para financiar o crescente déficit corrente, disse o senador, o governo teve que aumentar as taxas de juros, que deprimiram a atividade econômica, elevando as taxas de de-



Eduardo Suplicy sentiu falta de medidas favoráveis ao aumento das exportações

semprego e brecando a arrecadação de impostos e da Previdência.

Para Suplicy, faltaram medidas que representassem o aumento significativo das receitas de exportação e diminuíssem as despesas com divisas. Já que o governo alega que não pode promover com segurança um ajuste mais acentuado da taxa de câmbio, devido à turbulência internacional, Suplicy entende que seria possível, por exemplo, coordenar o aumento

de tarifas no âmbito do Mercosul.

O senador também defendeu a colocação de entraves às despesas com turismo no exterior, além da taxação das remessas de dólares.

Manifestando preocupação com a equidade, o emprego e a garantia de renda para os brasileiros, Suplicy criticou a proposta de aumento de impostos e defendeu a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas e o restabelecimento da alíquota de 35% do Imposto de Renda para ganhos mais elevados.

Pedro Malan disse ser contrário a uma maior desvalorização do real em relação ao dólar. “Não defendemos a elevação da taxa de câmbio, porque a desvalorização da moeda teria o efeito de reduzir o poder de compra dos salários”, afirmou. Ele acrescentou que a taxação sobre compras e viagens ao exterior não representa a solução para os problemas estruturais do país.

Dutra cobra balanço das medidas de 1997

Senador lamenta envio de novas propostas sem que tenha havido uma avaliação das adotadas há um ano. Malan afirma que decisões atenderam às circunstâncias da época e protegeram Brasil de ataques especulativos

Os efeitos das medidas fiscais adotadas em setembro do ano passado ainda não foram explicados. Esta é a avaliação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Durante a audiência pública com a presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan, Dutra se disse "decepcionado com o envio de um novo pacote", sem que tenha havido uma avaliação concreta da eficácia das medidas de 1997.

— Eu esperava um balanço do pacote do ano passado, para que o Congresso pudesse entender se o nó da economia estava relacionado com a adoção daquelas medidas ou não. O governo reconheceria sua incompetência, se daqui a um ano voltar com outras medidas? — questionou o senador.



O ministro Pedro Malan prometeu enviar ao Congresso uma análise dos efeitos das medidas de 1997, mas afirmou que elas atenderam às circunstâncias daquele momento e protegeram o Brasil dos ataques especulativos internacionais direcionados aos países emergen-

tes. "Foi a resposta do Congresso que fez o país fugir deste ataque", acentuou.

Com relação à informação dada por Malan de que as medidas haviam facilitado a entrada no país de US\$ 24 bilhões em investimentos diretos, Dutra foi taxativo: "A maioria destes investimentos representa a venda de ativos, por meio de privatizações".

O senador questionou a adoção de medidas que isentaram ou di-



Dutra: governo não tem reforma tributária

minuíram a incidência tributária sobre ganhos de capital, remessa de lucros e de *royalties* para o exterior. A questão foi respondida pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Ele alegou que estas providências estão de acordo com alterações recentes na Constituição, relativas à equiparação do tratamento às empresas de capital estrangeiro e nacional.

José Eduardo Dutra teme que "mais uma vez as previsões positivas para o país não se confirmem". Ele acusou o governo de não ter uma proposta de reforma tributária.



Francelino: por que o plano saiu depois do segundo turno das eleições?

Francelino discute vinculações constitucionais

Preocupado com a capacidade de investimento do governo federal, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) perguntou ao ministro Pedro Malan se o Executivo proporia ao Congresso alterações nos dispositivos constitucionais que tratam das vinculações de recursos. Francelino lembrou que grande parte dos recursos públicos estão comprometidos com repasses para estados e municípios. Pedro Malan afirmou que a adoção de tais medidas não está prevista.

O senador mineiro estranhou que o plano de ajuste fiscal tenha sido apresentado à nação apenas após a definição do segundo turno das eleições. "Havia uma orientação para encontrar o melhor momento de explicitar o plano?", perguntou.

O ministro da Fazenda defendeu o governo alegando que a data do anúncio se deveu apenas "à complexidade das medidas".

DESIGUALDADES

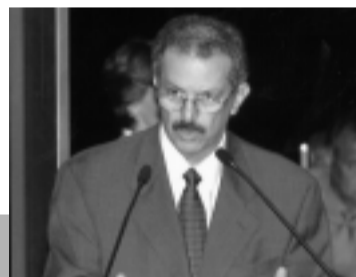
Francelino também questionou o ministro sobre os efeitos do ajuste fiscal no combate às desigualdades sociais do país. "Somos a 8ª economia do mundo e apresentamos péssimos indicadores sociais", lembrou.

Malan afirmou que todas as políticas do atual governo objetivam desonerar o Estado para que possa se dedicar às suas reais incumbências. "Estamos permitindo que os recursos escassos do Estado sejam carreados para investimentos na sua gente, em educação e saúde", assegurou o ministro da Fazenda.

Tuma questiona Franco sobre dólar paralelo

Questionado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, afirmou que o mercado paralelo de dólares está restrito à "bandagem". Ele acredita que, com a flexibilização do câmbio, pela adoção de taxas flutuantes, a atividade dos *doleiros* entrou em decadência e hoje serve apenas para trocar reais sem origem, ou seja, dinheiro obtido através de atividades ilegais.

— O dólar *black* é a taxa de lavagem do dinheiro e não deveria merecer atenção da imprensa como um investimento. Esse tipo de mercado



Tuma quer coibir a entrada ilegal de mercadorias no país

existe em todo lugar do mundo e serve para a troca de dinheiro que não quer se identificar — disse.

Tuma, com a experiência de

quem passou pela Receita e pela Polícia Federal, lembrou que o Congresso aprovou recentemente a lei que pune a lavagem de dinheiro. Para ele, uma ação fiscalizadora sobre os *doleiros* pode fazer com que as autoridades cheguem aos sonegadores e criminosos, inclusive os envolvidos com o tráfico de drogas.

O senador questionou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a possibilidade de transformação da Receita Federal em autarquia. Malan respondeu que essa proposta deverá ser apresentada

em breve. Para Tuma, a fiscalização aduaneira deve ser intensificada com o propósito de coibir a entrada ilegal de mercadorias.

FUNDOS

Tuma quis saber o que o governo está fazendo para fiscalizar os fundos de pensão das estatais, que recentemente se envolveram com a compra de títulos públicos, especialmente precatórios, emitidos ilegalmente. Apesar de considerar que o problema merece atenção especial, Malan declarou que o assunto não consta do programa de estabilidade fiscal.

Jáder quer preservar verbas para saúde e educação

"Ninguém tem o monopólio da verdade. Quem tiver alternativas para o Brasil sair da crise deve oferecê-las", afirmou o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbosa (PA), durante a audiência pública com o ministro Pedro Malan. Ele manifestou a preocupação de seu partido com o fato de o governo ter dado ênfase ao aumento dos impostos no programa de estabilização fiscal.

Para Jáder, isso causará mais de-

semprego. "O PMDB quer proteger os mais pobres. Por isso, ficará atento para a natureza dos cortes do governo e tentará impedir que saúde e educação, que serão os serviços mais requisitados por aqueles que perderão seus empregos, sejam afetados pelo ajuste. Queremos que os cortes recaiam sobre os privilégios e não sobre os programas sociais", enfatizou.

Malan concordou com a necessidade de "defender os mais pobres", argumentando que o pior que poderia acontecer aos mais carentes seria a volta da inflação. "O chamado imposto inflacionário é o mais perverso e posso garantir que nenhuma das medidas propostas pelo governo é inflacionária", assinalou.

Para Lauro, a catástrofe prevista já está instalada

Em sua interpelação ao ministro da Fazenda, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que "a engenharia fantástica" elaborada pela equipe econômica estava mesmo com seus dias contados e que a catástrofe a que o país seria levado com o Plano Real "está instalada", como foi previsto há quatro anos.

"Algumas pessoas são dadas a amnésias espertas", mas o presidente Fernando Henrique Cardoso

foi premonitório em seus escritos ao mostrar que, quando um país estimula o capital estrangeiro "para dar mercado à capacidade produtiva excedente dos países desenvolvidos", o resultado é a criação de "um antiestado nacional", disse o senador.

Pedro Malan, em resposta, afirmou não concordar "que tudo o que está acontecendo agora tenha sido anunciado há quatro ou cinco anos". Segundo o ministro, as previsões, no lançamento do Plano Real, eram de catástrofe imediata, seguidas, em março de 1995, por declarações de que o real já estava morto. A seu ver, "o veredicto será dado pelas gerações futuras".



Jáder: proteção aos mais pobres



Lauro reclama da "amnésia" de FHC



ACM elogia resultados do debate com Pedro Malan

A presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, ao "debate democrático com as comissões do Senado", certamente "capacitou mais os senadores para discutir as medidas que o Executivo envia ao Congresso Nacional para exame e votação", disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao encerrar, às 14 horas, a audiência pública que contou com a presença das autoridades econômicas.



ACM: Senado ficou mais capacitado para votar

Ele salientou que vários senadores, devidamente inscritos, não puderam formular seus questionamentos ao ministro, que se dispôs, no entanto, a responder as perguntas que lhe foram enviadas por escrito.

Os seguintes senadores não tiveram tempo de debater com Pedro Malan e Gustavo Franco: José Fogaça (PMDB-RS), Roberto Freire (PPS-PE), Roberto Requião (PMDB-PR), Gilberto Miranda (PFL-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Emilia Fernandes (PDT-RS), Leonel Paiva (PFL-DF), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Júnia Marise (PDT-MG), Ademir Andrade (PSB-PA), Gilvam Borges (PMDB-AP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Como de praxe, Antonio Carlos Magalhães solicitou que eles elaborassem suas interpelações por escrito, para que a Mesa as encaminhasse ao ministro.

Piva pede urgência no envio da proposta de reforma tributária

Presidente da CAE diz que Congresso sofre críticas injustas em razão do atraso do governo no encaminhamento das medidas que podem ajudar a resolver de uma vez o problema fiscal

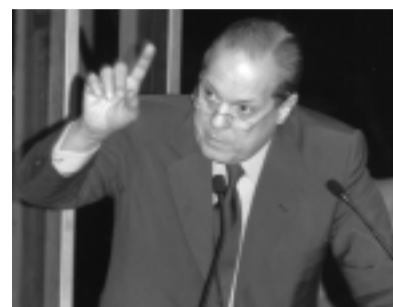
O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Pedro Piva (PSDB-SP), fez um apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o governo envie o mais rapidamente possível ao Congresso Nacional a proposta de reforma tributária. Piva disse que acusam o Congresso Nacional de não estar dando a devida atenção e urgência às reformas necessárias, mas observou que o governo tem demorado no envio das medidas ao Legislativo, como é o caso da reforma tributária.

O senador sugeriu um combate mais rigoroso à sonegação de

impostos e pediu uma confirmação de que o aumento da CPMF é realmente transitório. "Nós todos estamos dispostos a fazer sacrifício, mas que o sacrifício seja de uma vez só e não seja permanente", sugeriu.

Piva também defendeu o incentivo à produção como forma de sair da crise e manifestou preocupação com a alta taxa de juros. Para ele, "uma vez que os juros aumentaram porque o Brasil não tinha credibilidade internacional e essa credibilidade está sendo recuperada, seria o momento de o governo baixar os juros".

O ministro Pedro Malan ponderou que o ponto-chave da credibilidade do sistema financeiro internacional no Brasil é a confiança interna. "Não existe a menor possibilidade de o resto do mundo acreditar no Brasil se não demonstrarmos capacidade de identificar os problemas e de encaminhar as soluções", afirmou. O ministro sina-



Piva acha que recuperação da credibilidade já permite baixar juros

lizou uma possível queda nos juros, mas em futuro incerto. Malan disse que a CPMF não é um bom imposto e que a reforma tributária deve revê-lo. Na questão dos incentivos, o ministro defendeu a necessidade de identificar o que são, pois, segundo ele, é difícil discutir o tema em termos gerais.

Osmar quer saber se metas serão cumpridas

Apesar de não descartar a possibilidade de o Brasil ampliar as exportações agrícolas para US\$ 100 bilhões nos próximos quatro anos, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, opinou que tal objetivo não pode ser cumprido a qualquer custo, sem que sejam observadas outras questões da economia mundial. A explicação foi dada em resposta ao senador Osmar Dias (PSDB-PR),



Maior preocupação de Osmar Dias é com metas para o setor agrícola

que quis saber do ministro se as metas do governo deixariam de ser cumpridas após a elaboração do programa de ajuste fiscal.

Osmar Dias questionou o ministro Malan sobre como compatibilizar as medidas de contenção de gastos com as metas, sobretudo as relacionadas com a agricultura. O senador pelo Paraná lembrou que as atuais medidas propostas pelo go-

verno federal contribuem para a elevação dos custos de produção. O ministro respondeu ao senador que nunca tinha interpretado a meta de US\$ 100 bilhões como algo que teria de acontecer independentemente dos acontecimentos da economia mundial.

— Obviamente, o crescimento da taxa de exportações de um país não é um fenômeno decidido internamente, independentemente do que aconteça no mundo. Acho fundamental que tenhamos a maior taxa de crescimento possível das exportações, mas sem procurar estimulá-la de maneira artificial — ponderou o ministro Malan.

Para Jefferson, Brasil foi posto "na parede"

Lembrando que todos no plenário estavam fazendo história, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) questionou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a respeito das circunstâncias que levaram o Brasil à atual crise. Depois de observar que países emergentes, como o Chile, foram atingidos pela crise de forma diferente, Jefferson perguntou se houve erros de política econômica praticados pelo Brasil.

Malan concordou com o entendimento de que os diversos países foram atingidos de forma diferente, mas

sustentou que o Chile também não está tranquilo. Disse que 33% das exportações chilenas destinavam-se à Ásia e que, agora, o déficit em contácorrente daquele país deve superar a marca dos 7% do PIB. "O Chile não deve passar incólume pela crise", disse o ministro, sublinhando que todos foram, estão sendo ou serão afetados.

Jefferson Péres discordou do entendimento de que o Brasil está indo ao FMI numa situação confortável. Sustentou que o Brasil está sofrendo uma preocupante hemorragia de dólares e que a situa-

ção é precaríssima. "Estamos encostados à parede. Se o ajuste fiscal não for aceito pelo FMI, a confiança internacional desaba, assim como a economia brasileira", analisou. Ele indagou a Malan se estavam certos os que profetizaram o malogro da economia brasileira.

O ministro mencionou a condição peculiar de uma análise feita depois do fato ocorrido. Ele sustentou que a equipe econômica do governo não cometeu erros graves, embora ninguém tenha o monopólio dos acertos. "Há cinco anos eu ouvia pessoas dizerem que não havia a menor possibilidade de o Plano Real dar certo", comentou, acrescentando que análises como essas lembram a situação de prever-se um tremor de terra na Califórnia para "algum dia ou algum momento".

Camata prega apoio à produção nacional

Lastimando que o Brasil gaste mais do que arrecada e compre mais do que vende no exterior, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) indagou do ministro da Fazenda, Pedro Malan, se não é hora de "dar um arrocho na importação de supérfluos". Ele disse ter visto num supermercado do Espírito Santo endívia importada da Itália, alface comprada do Chile e sururu trazido da Espanha.

Na opinião do parlamentar, o Brasil está perfeitamente apto a produzir essas mercadorias, gerando emprego e estimulando a economia.

O ministro da Fazenda concordou, e disse que andar nessa direção é uma responsabilidade de qualquer governante. Malan observou que preferia não estar propondo aumento de impostos e corte de gastos. "O governo realmente não tem o dom de satisfazer simultaneamente a todos", observou.



Camata: sururu espanhol e endívia da Itália

Parlamentares pagarão mais previdência

Parecer da Consultoria Legislativa do Senado afirma que senadores e deputados contribuirão com seu plano de seguridade da mesma forma que os servidores civis da União

A alíquota de 20% para contribuição à seguridade social também será aplicada à remuneração de senadores e deputados no valor que exceder a R\$ 1.200,00. A lei que instituiu o Plano de Seguridade Social dos Congressistas determina que seja aplicada a mesma alíquota exigida dos servidores civis da União. O aumento deve entrar em vigor em 1º de fevereiro de 1999, já que



a Constituição estabelece que as contribuições para a Previdência só poderão ser exigidas 90 dias a partir da data da publicação da lei.

Parecer da Consultoria Legislativa do Senado é taxativo com relação à abrangência da nova alíquota. O documento refere-se ao disposto na lei que criou o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), custeado com contribuições incidentes sobre a

remuneração mensal dos integrantes do Congresso Nacional.

– A questão que se coloca é se o adicional aplica-se ao Plano de Seguridade dos Congressistas. Verifica-se que, conforme a lei, os segurados do PSSC contribuirão com a mesma alíquota aplicável ao funcionalismo civil da União. Assim, entendemos que se aplicará aos parlamentares segurados do PSSC o adicional de contribuição instituído pela MP – esclarece o parecer da Consultoria Legislativa.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Judô
7h30 - Especial/Unip - Assunto: Vira-lata
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Remo
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Espírito Santo
9h30 - Entrevista - O senador Osmar Dias fala sobre Política Agrícola
9h55 - Senado em Pauta
10h - Sessão plenária (ao vivo) - Não deliberativa
Logo após, Comissão de Assuntos Sociais (gravada em 28/10)
12h30 - Entrevista com o senador Osmar Dias
13h - Cores do Brasil - o Folclore Goiano
13h30 - Consulta Marcada - Dr. Mário Sérgio de Almeida fala sobre a obesidade infantil
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h30 - Entrevista com o senador Osmar Dias
18h55 - Senado em Pauta
19h - Cores do Brasil - Pernambuco
19h30 - Consulta Marcada - Dr. Mário Sérgio de Almeida fala sobre a obesidade infantil
20h30 - Entrevista com o senador Os-

mar Dias

21h - Jornal do Senado
21h15 - Palestra - Os novos paradigmas da saúde
22h - Cores do Brasil - o Oeste Baiano
22h30 - Especial/Unip - Assunto: Rim e Pressão Arterial
22h55 - Senado em Pauta
23h - Consulta Marcada - Dr. Mário Sérgio de Almeida fala sobre a obesidade infantil
0h - Entrevista - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista a cantora Fafá de Belém

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Reprise da sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação



Parga se considerou satisfeito com as informações

Parga elogia iniciativa do governo

O senador Bello Parga (PFL-MA) registrou ontem o aspecto político da reação pronta e eficaz do governo brasileiro em combater os efeitos da crise econômica mundial sobre o Brasil. Ele se disse satisfeito e atendido em suas dúvidas com as explicações prestadas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo Parga, compete agora ao Legislativo responder com presteza e urgência à iniciativa do governo federal.

– Considero que o ministro desempenhou-se muito bem na tarefa e me considero esclarecido e informado sobre a maior parte das questões. A atitude do governo foi digna de elogios – afirmou.

Bello Parga constatou que poucos seriam os chefes de Estado capazes de adotar o comportamento que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve pouco antes das eleições, vindo a público antecipar que seriam amargas as medidas necessárias para enfrentar a crise econômica.

Na opinião do senador, com essa atitude o presidente demonstrou responsabilidade política e coragem cívica. Para o senador, só um estadista seria capaz de, pouco antes de enfrentar as urnas, anunciar que dias difíceis viriam. O senador compreendeu a necessidade do programa de ajuste fiscal do governo, e justificou-o dizendo que os números da economia brasileira são aterradores.



Gilvam: contribuição de 20% é exagerada

A proposta do governo de elevar de 11% para até 20% a contribuição previdenciária dos servidores públicos foi considerada "exagerada" pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

– Um gravame de 20% sobre os vencimentos brutos, somado ao desconto com imposto de renda de 26,5%, além de outros descontos voluntários, resultará num verdadeiro confisco de metade da remuneração do servidor – afirmou.

Depois de lembrar que os servidores estão há quatro anos sem aumento de salário, Gilvam Borges disse concordar com o controle

dos gastos públicos proposto pelo governo, mesmo "com certo ônus para os servidores, mas nunca numa escala tão penosa".

– Quanto aos inativos, não há justificativa moral ou jurídica para cobrar-lhes, de novo, contribuição a um sistema para o qual já foram descontados em toda a sua vida funcional – assinalou. Para o senador, uma boa administração pública exige que o Estado tenha funcionários eficientes, bem treinados, com boa remuneração e "protegidos de eventuais práticas abusivas por parte de autoridades".

Cortes no Orçamento preocupam Cabral

Durante a audiência com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador



Cabral quis saber que áreas terão mais cortes

Bernardo Cabral (PFL-AM), mostrou-se preocupado com a forma como serão feitos os cortes de gastos públicos, que devem atingir R\$ 8,67 bilhões já em 1999. Cabral quis saber como a redução de despesas será dividida pelos ministérios e áreas do governo.

Segundo Malan, os cortes – estimados em 20% do Orçamento – não serão realizados de maneira linear e indiscriminadamente. O Ministério do Planejamento, esclareceu, está avaliando os programas do governo federal quanto ao desempenho para identificar as ações prioritárias que deve-

– Algumas áreas terão corte de zero por cento. Como os cortes se distribuem, outros terão cortes extremamente elevados. Iremos preservar, até o limite, atividades da área social, ou seja, educação, saúde e assistência social – afirmou o ministro.

Malan lamentou não ter mais detalhes para informar aos senadores sobre a redução dos gastos do governo. Para maiores esclarecimentos, o ministro sugeriu que o Senado convide o ministro do Planejamento, Paulo Paiva.

FEF

Cabral perguntou ainda como o governo pretende fazer a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), previsto para ser extinto no final de 1999.

Como o FEF foi criado por emenda à Constituição, Malan disse acreditar que esse deverá ser o caminho adotado. Porém, o ministro afirmou que não há urgência em encaminhar a prorrogação do fundo neste momento.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Requião considera muito grave a crise

Senador adverte para o risco de o governo perder o controle da economia, prevê que o país não conseguirá superar as dificuldades com “enlatados de sempre” do Fundo Monetário Internacional e chama de “irrealista” a política cambial

Certo de que a situação econômica brasileira é muito mais grave do que se anuncia, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) alertou o plenário para o risco de o governo ter perdido o controle dessa crise. “Estamos em uma entaladela. E dessa entaladela não sairemos com os enlatados de sempre do Fundo Monetário Internacional”, advertiu o parlamentar.

Requião disse que a situação em que o Brasil se encontra decorre de um modelo econômico fundado no seguinte: política cambial irrealista, supervalorização da moeda, redução das tarifas, abertura sem limites, alta dos juros, destruição do aparelho produtivo e queda das exportações. Enquanto isso, avisou, mais de um quarto do parque industrial brasileiro está ocioso.

Na opinião de Requião, os maiores risco à sobrevivência do Brasil como povo e nação são o presidente Fernando Henrique Cardoso e a sua política de dependência. Ele entende que, enquanto o presidente abriu o mercado brasileiro, outros chefes de Estado, como Bill Clinton, reforçaram suas barreiras alfandegárias, não-alfan-



Roberto Requião acusou o governo de “destruir a capacidade industrial brasileira”

degárias e fitossanitárias, barrando exportações brasileiras.

– Na sua ingenuidade absoluta ou má-fé, o presidente destruiu a capacidade industrial brasileira instalada. Ele sonhava com a exportação de minérios e com o faturamento brutal que teria vendendo a Companhia Vale do Rio Doce, que não precisava ser vendida, mas era a venda emblemática para o projeto que anunciava ao mundo, argumentou o senador.

Enumerando algumas das consequências da “política fernandohenriquista”, Requião disse que o Brasil hoje importa trigo, algodão, milho, arroz, feijão e leite. E em razão disso, só neste primeiro quadriênio do governo, mais de

500 mil unidades produtivas rurais encerraram suas atividades. E a contrapartida desse sacrifício, segundo o parlamentar, é o contencioso agrícola Brasil-Estados Unidos – em termos globais, as compras brasileiras naquele país cresceram 222%, enquanto as exportações brasileiras aumentaram apenas 22%.

Com esse contencioso, Requião entende que é inadmissível entrar na Alca (Área de Livre Comércio das Américas) nos termos que os americanos pretendem. “E entre outras coisas eles pretendem que o Mercosul seja extinto. Não é preciso sagacidade alguma, até mesmo alguém da equipe econômica de Fernando



Ajuste Fiscal

Henrique pode intuir o que será do Brasil com a Alca, com a dissolução do ainda tímido Mercosul nesse novo mercado”, analisou ele.

No entender de Requião, se até agora o presidente da República não fez nenhum movimento em defesa do país, quando retaliado e humilhado pelo protecionismo americano, e se abriu a economia sem nada exigir em troca, como esperar qualquer atitude enérgica ao plano americano de uma nova colonização da América Latina via Alca? Sarcasticamente, o senador disse que talvez o chefe do Executivo “considere a Alca o movimento decisivo para desnacionalizar de vez o Brasil”.

Dutra pede informações a Pedro Malan

Qual foi o resultado concreto das 51 medidas de ajuste fiscal anunciadas em novembro do ano passado, logo após a crise financeira do Sudeste Asiático? A pergunta é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e consta de requerimento de informações que apresentou ontem à Mesa do Senado, dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Dutra sustenta que o Congresso, antes de votar as novas propostas do governo para conseguir ajuste fiscal, divulgadas na quarta-feira, deve conhecer o que realmente foi feito a partir de novembro do ano passado, quando se anunciou a intenção de se obter um ajuste de R\$19,7 bilhões.

Júnia duvida de futura redução da CPMF

O Brasil, na visão da senadora Júnia Marise (PDT-MG), tem dois ministros da Fazenda, em tempos distintos. Falando ontem depois da exposição de Pedro Malan no plenário do Senado, a parlamentar lembrou que ele sempre garantiu, nos últimos dois ou três anos, que o Brasil não seria atingido pela crise, já que tinha uma economia estável.

– Essa sempre foi a resposta do ministro da Fazenda nos últimos anos. Ele sempre dizia: o Brasil não será a bola da vez – disse.

Por isso, afirmou, ninguém agora acredita quando o ministro diz que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) será aumentada em 1999, voltando aos patamares de hoje no ano 2000.

– No Brasil, nenhum cidadão acredita nessa afirmação feita pelo ministro da Fazenda – afirmou Júnia, lembrando que a CPMF é um imposto que veio sob a égide de provisório mas que, a cada prorrogação, tem tido seu valor aumentado pelo governo. Para ela, o ministro não tem mais credibilidade para dizer que a alíquota diminuirá.

Júnia Marise condenou o aumento da contribuição previdenciária dos servidores



A senadora previu que o governo não cumprirá a meta – por ele próprio estabelecida – de cortar seus gastos em R\$ 8,6 bilhões. Ela observou que não estão sendo extintos cargos, o que já demonstra que o governo não está fazendo sua parte, ao mesmo tempo em que aumenta a quantidade de recursos destinados à publicidade.

Júnia Marise lamentou que o governo utilize a CPMF não para o custeio da saúde, como proposto originalmente, mas para o pagamento da dívida pública. Ela pre-

viu que, com o aumento da alíquota da CPMF, “o processo de quebra de empresas vai aumentar no país”. Com o aumento de falências, lembrou a senadora, deve aumentar também o desemprego, cujo combate foi o bordão da campanha do presidente reeleito.

Outra censura da senadora foi dirigida à ausência de um “aceno objetivo” na questão da redução da taxa de juros. Ela observou que o governo apenas diz que vai se empenhar.

Júnia voltou a criticar a quebra das regras do jogo por parte do governo, ao ampliar a contribuição previdenciária dos funcionários públicos federais, estendendo-a também aos aposentados e pensionistas.

– Trata-se de uma injustiça e uma ilegalidade política que poderá ser questionada em nossos tribunais – afirmou.

Suplicy contesta efeito de desvalorização sobre inflação

Nem todos os países que desvalorizaram sua moeda tiveram aumento descontrolado da inflação e do desemprego, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ao comentar as respostas do ministro da Fazenda, Pedro Malan, às perguntas formuladas pelos senadores na manhã de ontem, em plenário, Suplicy afirmou que o ministro generalizou ao dizer que os países que desvalorizaram suas moedas tiveram problemas maiores que antes da desvalorização. Segundo Suplicy, Malan referiu-se, especificamente, ao México, à Rússia, à Coreia do Sul e à Indonésia.

O parlamentar lembrou que, no período compreendido entre setembro do ano passado e setembro deste ano, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia – todos pertencentes à Comunidade Britânica – tiveram desvalorizações substanciais no câmbio. Segundo o senador, a Nova Zelândia desva-

lorizou sua moeda em 40%, a Austrália em 35% e o Canadá em torno de 20%. Todos eles, no entanto, tiveram um razoável crescimento de suas economias sem um aumento significativo da inflação.

Suplicy reconheceu os problemas decorrentes da desvalorização no México, na Rússia, na Coreia do Sul e na Indonésia e ressaltou que os países integrantes da Comunidade Britânica têm renda *per capita* bem superior à brasileira – que se situa hoje um pouco acima de US\$ 5 mil anuais, enquanto Austrália e Canadá estão perto de US\$ 20 mil e a Nova Zelândia em torno de US\$ 16 mil.

– Quando há capacidade de produção ociosa e quando as taxas de desemprego estão tão altas, um ajuste mais acelerado da taxa cambial pode ser compatível com a estabilidade de preços e com o não-agravamento da inflação, sobretudo se promover o crescimento da atividade econômica e do nível de emprego – afirmou Suplicy.

Odacir quer criar fundo para financiar as campanhas

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto que disciplina o financiamento público facultativo das campanhas eleitorais já nas próximas eleições, através da criação de um fundo partidário a ser formado por dotações orçamentárias da União. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, previsto na Lei 9.096/95, seria constituído por dotações orçamentárias da União, nos anos em que se realizarem eleições, em valor nunca inferior ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária respectiva, multiplicada por R\$ 5,00.

Pela proposta, 10% do total do fundo serão divididos em partes iguais entre os partidos. Quanto aos 90% restantes, cada agremiação partidária terá direito a uma parcela proporcional aos votos obtidos na última eleição geral de que participou. Caberá aos partidos políticos promover a distribuição dos recursos entre os seus candidatos.

O projeto estabelece que os recursos do fundo deverão ser usados exclusivamente no financiamento das campanhas eleitorais e os partidos que desejarem utilizá-los deverão apresentar requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral até um ano antes das eleições. A proposta prevê, ainda, a exigência de prestação de contas da aplicação dos recursos.

Senado participa de feira de livro no RS

Com mais de 80 títulos e dez lançamentos, o Senado inaugura hoje seu estande na Feira do Livro de Porto Alegre, que vai até o dia 15. Clássicos como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *De Profecia e Inquisição*, que reúne textos do padre Antônio Vieira, estão entre as obras editadas pela Casa e que serão vendidas a preço de custo. Também são lançamentos duas obras raras editadas em fac-símile e um livro com as biografias dos senadores gaúchos desde o Império, preparado especialmente para a feira.

Para ACM, visita de Malan deve ajudar na aprovação

Senador encomendou estudo para saber que impacto sobre a economia teria um aumento na CPMF para 0,38%, como quer o governo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a presença do ministro Pedro Malan no plenário da Casa é "fundamental" para a aprovação do ajuste fiscal, e considerou a exposição feita aos senadores "muito boa".

– Acho que o Senado gostou – comentou.

Antonio Carlos revelou ter encomendado um estudo sobre o aumento pretendido para a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para 0,38%, "a



fim de discutir o assunto com o governo vendo as coisas de um lado e de outro, e assim chegar à me-

lhor forma".

O senador explicou aos jornalistas a diferença da sua reação dian-

Emília teme por direitos trabalhistas

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou ontem que o governo anunciou junto com as medidas de ajuste fiscal a pretensão de reformar a legislação trabalhista, "aparentemente com o objetivo de melhorar a geração de emprego, a redução da informalidade e da rotatividade". No entanto, na prática, o governo tem enviado projetos ao Congresso que, "no fundo, buscam privatizar

a Justiça do Trabalho, tornando-a inacessível e cara para os trabalhadores".

Entre os projetos que contradizem a intenção do governo, manifestada no documento do ajuste fiscal, conforme a senadora, estão projetos que retiram o poder normativo da Justiça do Trabalho, criam conselhos de arbitragem dentro das empresas com mais de 50 empregados e

árbitros independentes, além de determinarem valores de causas trabalhistas que podem ou não ser acolhidas pela Justiça.

– Estamos vendo mais uma tentativa do governo de enfraquecer o Poder Judiciário, via Justiça do Trabalho. Não entendo por que o Congresso Nacional deva assumir o ônus de penalizar a Justiça trabalhista – opinou a senadora.

Amorim pede mudança na emenda da reeleição

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentou proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito caso se candidatem à reeleição, alterando o parágrafo 6º do artigo 14 da Constituição federal.

Em sua justificativa, Amorim ressalta que a experiência da reeleição não foi inválida, mas observa que o instituto precisa de aperfeiçoamento. "Chegamos a tal conclusão após observar, no recente pleito, uma certa promiscuidade, ocorrida em algumas unidades federativas, entre os governadores candidatos à reeleição e as máquinas administrativas sob o seu comando", afirmou.



Osmar Dias afirma que fiscalização será rigorosa, como nos países mais desenvolvidos

Nova Lei Agrícola vai melhorar fiscalização

O plenário aprovou ontem projeto que repõe na Lei Agrícola artigos que tratam da Defesa Sanitária Agropecuária, vetados em 1991 pelo presidente da República. O relator na CAE, senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse que o projeto prevê uma fiscalização rigorosa na qualidade dos alimentos consumidos no país, idêntica à dos países mais desenvolvidos.

O projeto já foi votado pelos deputados e agora será encaminhado à sanção presidencial. Conforme Osmar Dias, a partir de agora os municípios terão unidades sanitárias, as

quais irão cadastrar todas as propriedades da área e submetê-las a inspeções sanitárias rigorosas. As alfândegas também farão inspeções de produtos importados, impedindo a entrada de alimentos "que são descartados nos países desenvolvidos", disse o senador.

– Essa lei também vai impedir que produtos importados tragam para cá doenças e pragas que causam danos a animais e vegetais em nosso país. Lembrem da 'importação' do bicudo, que dizimou no Nordeste nossas plantações de algodão – observou.



ACM conversa, durante a sessão, com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco

te deste plano e perante o ajuste fiscal de novembro passado:

– Este agora não mexeu no Imposto de Renda; é uma coisa boa.

0800 - Voz do Cidadão dá prêmio de RP para o Senado

O projeto *0800 Senado - A Voz do Cidadão*, da Coordenação de Relações Públicas, órgão da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, foi o vencedor do Prêmio Idéias em Relações Públicas, na categoria Ação no Campo Político, mantido pelo Conselho Regional de Relações Públicas do Rio de Janeiro (Conrrerp-RJ).

Inaugurado em janeiro de 1997, o serviço *A Voz do Cidadão* é uma linha direta do Senado com a sociedade, que possibilita aos brasileiros de todos os pontos do país o encaminhamento aos senadores e à instituição de sugestões, opiniões, críticas e pedidos de informações, através de discagem direta gratuita pelo número 0800-612211, disponível 24 horas, nos sete dias da semana.

Pioneiro no serviço de ouvidoria telefônica dentro do conjunto dos legislativos de todo o país, em seus quase dois anos de funcionamento *A Voz do Cidadão* recebeu mais de 65 mil chamadas.

O Prêmio Idéias do Conrrerp-RJ, que em 1998 alcança sua sexta edição, é um dos principais prêmios nacionais conferido a propostas na área de Relações Públicas. A solenidade de entrega do prêmio está marcada para o dia 11 de dezembro, no Iate Clube do Rio de Janeiro.